

REVIEW ARTICLE

“De caboclo a índio”¹: como a historiografia do Brasil abordou os povos indígenas no Nordeste durante o século XX


Thyara Freitas de Alcantara ^{a,1}

(a) Licenciada em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | Recife, PE, Brasil | Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1937422713764895>

(1) E-mail: thyarafreitas@hotmail.com

História do artigo / Article history

Recebido: 05 outubro 2020 | Aceito: 03 novembro 2020 | Publicado online: 22 dezembro 2020.

© O(s) Autor(es) 2020 | Publicado por RBRAEM. Este artigo é publicado com acesso aberto sob os termos da licença internacional Creative Commons Attribution 4.0 (CC BY-NC 4.0). 

RESUMO

Este trabalho busca discutir como a historiografia do Brasil abordou os povos indígenas no Nordeste durante o século XX, principalmente sob as influências dos autores Caio Prado Jr., Carlos Estevão, Estevão Pinto, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro; analisando criticamente a influência da historiografia marxista no Brasil referente à temática indígena; e as contribuições ocorridas durante a década de 1980, através *História vista de baixo*, evidenciando a produção de John Manuel Monteiro; e as contribuições durante a década de 1990, citando a produção dos pesquisadores João Pacheco de Oliveira e Edson Silva.

Palavras-chave | Historiografia brasileira. Indígenas no Nordeste. Influências. Contribuições

ABSTRACT / RESUMEN

¹O nome deste artigo é devido a um trecho presente na Dissertação de Mestrado em Antropologia de José Augusto Laranjeiras Sampaio, sua principal obra: “De caboclo a Índio: etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos do Nordeste do Brasil”, publicada em 1986. “Antigamente nós era conhecido por “caboclo”... De “caboclo” passou para “índio”, como afirmou Josias Patrício, Conselheiro e ex-Cacique Kiriri, no município de Mirandela, Bahia, em 1979 (SAMPALIO, 2011 p. 95).

“From caboclo to indian”: how brazilian historiography addressed indigenous peoples in the northeast during the 20th century

Abstract | This paper seeks to discuss how Brazilian historiography approached indigenous peoples in the Northeast during the 20th century, mainly under the influence of the authors Caio Prado Jr., Carlos Estevão, Estevão Pinto, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro; critically analyzing the influence of Marxist historiography in Brazil regarding the indigenous theme; and the contributions that occurred during the 1980s, through History seen from below, showing the production of John Manuel Monteiro; and contributions during the 1990s, citing the production of researchers João Pacheco de Oliveira and Edson Silva.

Keywords | Brazilian historiography. Indigenous in the Northeast. Influences. Contributions

“De caboclo al índio”: cómo se hizo en la historiografía brasileña a los pueblos indígenas del noreste durante el siglo xx

Resumen | Este artículo busca discutir cómo la historiografía brasileña se acercó a los pueblos indígenas del Nordeste durante el siglo XX, principalmente bajo la influencia de los autores Caio Prado Jr., Carlos Estevão, Estevão Pinto, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro; analizar críticamente la influencia de la historiografía marxista en Brasil sobre el tema indígena; y las aportaciones ocurridas durante la década de los 80, a través de Historia vista desde abajo, mostrando la producción de John Manuel Monteiro; y contribuciones durante la década de 1990, citando la producción de los investigadores João Pacheco de Oliveira y Edson Silva.

Palabras-clave | Historiografía brasileña. Pueblos indígenas del Nordeste. Influencias. Contribuciones

Introdução

Não faz muito tempo, a ideia da inexistência de índios na Região Nordeste era consenso não somente pela opinião pública, mas também no meio acadêmico que aceitava a noção de assimilação cultural fundamentada na ideia da miscigenação como aspecto formador da sociedade nacional, em obras de reconhecidos autores com distintas perspectivas teóricas, tais como Gilberto Freyre em *Casa grande e senzala* (1933), Caio Prado Jr. em *Evolução política do Brasil* (1957) e Darcy Ribeiro em *O povo brasileiro* (1995). Paralelamente, à essas concepções, imagens e teorias sociais sobre os povos indígenas também se modificaram, especificamente ao longo dos anos 1990 e 2000, com a contribuição de alguns pesquisadores, como o historiador John Manuel Monteiro (1996, 1997, 2008), e os antropólogos Roberto Cardoso de Oliveira (1968, 1978), João Pacheco de Oliveira (1997, 2004, 2011), Manuela Carneiro da Cunha (1976).

A pesquisa foi realizada a partir da realização de estudos bibliográficos e

historiográficos específicos sobre as teorias da chamada formação da identidade nacional brasileira e identidade nordestina, questionando as diferentes noções sobre a contribuição indígena. Os procedimentos metodológicos incluíram: revisão bibliográfica, leitura específica de textos referentes à temática estudada, e por fim a produção do texto final.

O principal objetivo desta pesquisa foi caracterizar as imagens e discursos presentes nas narrativas acadêmicas sobre os indígenas, diante do contexto das demandas de povos indígenas no Nordeste e as teorias críticas da colonialidade/decolonialidade², e quais seus impactos e consequências na concepção presente na sociedade brasileira. Além de contextualizar as relações entre as imagens produzidas sobre os

²A teoria decolonial busca construir pensamentos críticos sobre a modernidade nas matrizes de conhecimentos acerca dos povos não ocidentais, silenciados, inferiorizados e excluídos do sistema acadêmico. Apostando na interculturalidade, sendo produzida por pesquisadores não europeus, sobretudo, latino-americanos. Os conceitos de caráter decolonial geram propostas de enfrentamento ao eurocentrismo, este, a serviço da globalização neoliberal e ocidentalização do mundo (TAVARES; LIMA, 2018).

povos indígenas no Nordeste na historiografia brasileira durante o século XX, analisando as teorias acadêmicas sobre a formação da identidade nacional. Buscaremos discutir como a historiografia do Brasil abordou os povos indígenas no Nordeste durante o século XX, principalmente sob as influências dos autores Caio Prado Jr., Carlos Estevão, Estevão Pinto, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro; analisando criticamente a influência da historiografia marxista no Brasil referente à temática indígena; e as contribuições ocorridas durante a década de 1980, através da chamada “História vista de baixo”, evidenciando a produção de John Manuel Monteiro; e as contribuições durante a década de 1990, citando a produção dos pesquisadores João Pacheco de Oliveira e Edson Silva.

Os índios na historiografia do Brasil no Século XX

Em 1910, o Brasil criou o Serviço de Proteção aos Índios – SPI, primeiro órgão estatal para assumir oficialmente as políticas indigenistas no Brasil. Pautado nas teorias evolucionistas e positivistas, o SPI deveria assumir a proteção e tutela desses povos, tendo como objetivo final a “integração dos índios à comunidade nacional” (SANTOS, 2004, p. 98). É necessário ressaltar que o regime de tutela estava previsto também no Código Civil Brasileiro de 1916, quando estabeleceu que os indígenas deveriam ser “tratados como relativamente incapazes para o exercício de determinados atos da vida” (Lei 3.071/16. Art. 5º). Cabia também ao SPI a responsabilidade em nacionalizar as fronteiras brasileiras. O órgão tinha por objetivo principal que as populações indígenas fossem totalmente integradas à nação brasileira, portanto, a missão principal, estaria cumprida a partir do momento em que os povos indígenas não existissem mais, pois estariam integrados ao restante da população brasileira.

A historiografia brasileira no século XX foi construída em um contexto de caráter assimilacionista ancorada, sobretudo, nos debates em torno da mestiçagem e na teoria de

democracia racial, principalmente durante a década de 1930. Enquanto o indígena era o personagem símbolo da nacionalidade brasileira durante o Romantismo no século XIX, na década de 1930 o novo ícone de identidade nacional, foi o mestiço, como a prova do incontestável assimilacionismo ocorrido na população brasileira, devido à mistura racial e cultural (SCHWARCZ, 2013). É importante ressaltar que a teoria de democracia racial foi fortemente influenciada pelas ideias difundidas pelo naturalista alemão Karl Von Martius³.

Durante a primeira década do século XX, sobretudo, na década de 1930 quando a ideia de assimilação dos povos indígenas com a população não-indígena brasileira foi reforçada e disseminada no pensamento social. O Estado brasileiro passou a assumir compromissos constitucionais com a temática indígena a partir de 1934. Os compromissos foram mantidos nas constituições de 1937 e de 1945, com a ideia de incorporação dos indígenas à comunhão nacional (KAYAPÓ, 2004).

E foi justamente neste período quando a ideia de democracia racial, formulada na obra de Gilberto Freyre, foi exaltada de maneira a menosprezar as diferenças diante de um cruzamento racial singular. Sendo importante observar que o surgimento da teoria de democracia racial, além de reforçar o desejo assimilacionista, foi muito ressaltada no meio acadêmico, através de reconhecidos autores (SCHWARCZ, 2013). No currículo escolar, os livros didáticos utilizados apresentavam contraposições entre o índio selvagem e vítima da crueldade colonizadora, ao mesmo tempo,

³Em 1845, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) promoveu o concurso: “Como se deve escrever a história do Brasil”. O naturalista alemão Karl Von Martius, venceu o concurso, através da publicação de um ensaio, comparando a formação da sociedade brasileira a um “rio caudaloso”, com três afluentes distintos. Argumentando que para escrever a História do Brasil era necessário evidenciar a presença das três raças predominantes no território: o branco, europeu colonizador/civilizador; o índio, nativo do território; e o negro, trazido como escravizado (GUIMARÃES, 1988).

detentor de potenciais características compoendo a cultura nacional (KAYAPÓ, 2004).

A maior marca de expressão da democracia racial no Brasil foi a obra “Casa-grande & senzala”, publicada pelo pernambucano Gilberto Freyre, cuja primeira edição datou de 1933. Freyre retomou a proposta de Von Martius acerca da convivência pacífica entre as três raças (indígena, europeia e africana) no território brasileiro, expressando em seu livro através da vida privada das elites nordestinas, como um exemplo inegável, segundo o autor, da identidade nacional. A obra apresentou um novo modelo para a sociedade brasileira, invertendo o antigo pessimismo acerca da mistura étnica e introduzindo os estudos culturalistas. O “cadinho das raças” apresentava uma versão otimista do “mito das três raças” (SCHWARCZ, 2013, p. 37). “Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e/ ou do negro” (FREYRE, 1992 [1933], p. 307), afirmava Freyre, tornando a mestiçagem um aspecto singular da população brasileira, e que passou a ser entendido de maneira geral, como um sinônimo de tolerância e de convivência pacífica e harmoniosa no Brasil.

Freyre defendia uma espécie de “equilíbrio de opostos” (SCHWARCZ, 2013, p. 37), ainda que não negasse os conflitos e violências ocorridas na formação nacional. Ocorreu um retorno da teoria da suposta mestiçagem colonial, porém neste momento não mais visto como algo negativo, pelo contrário, o autor foi um dos principais responsáveis pela exaltação. Dessa maneira, comparado ao período colonial, significava basicamente uma forma de embranquecer a população brasileira a longo prazo, nesse contexto apresentado por Freyre, destaca-se uma valorização (folclorizada) da mistura, sobretudo cultural. É necessário, porém, considerar que desde os primeiros anos em que o Brasil ficou independente de Portugal, se deparava com uma questão sempre presente nos debates sociais: “o que faz do Brasil, Brasil?”. Com isso destacou-se a ampla miscigenação que ocorreu ao longo de séculos na “formação” da

população nacional, tida como “uma particularidade do Brasil, ora como uma mácula, ora como alento” (SCHWARCZ, 2013, p. 37).

Nos estudos acerca dos povos indígenas no Nordeste, destaca-se os estudos realizados pelo antropólogo alagoano Estevão Pinto, cuja, sua trajetória atingiu o auge entre as décadas de 1930 e 1950, período no qual o autor publicou um grande número de artigos e os livros sobre os indígenas. Nascido em Maceió, em 1895, Pinto veio para o Recife cursar Direito, e a partir de 1922 começou a publicar os primeiros artigos históricos em jornais recifenses (SILVA, 2008). Estevão Pinto publicou em 1922, o livro “Pernambuco no século XIX”, uma coletânea de crítica de costumes e descrições de tipos populares. No livro, há um conto intitulado “O caboclo”, este retratado enquanto um personagem que buscava se adaptar às novas situações de sem-terra, vagando em busca de trabalho para sobrevivência.

O autor reafirmou, nesse conto, “a ideia de que o caboclo é resultado do amálgama das raças, que gerou um tipo curioso, situado entre um passado primitivo longínquo dos seus ancestrais e a situação dos novos tempos: o caboclo” (SILVA, 2008, p. 30). Escrevendo: “O caboclo do Nordeste, é o resultado desses cruzamentos, que uma antropologia chamou de homogenésico-paragenésico [...] braquicéfalo, mediano na estatura, de cabelos negros e face larga, mostra ainda alguns dos caracteres mais comuns do tipo ameríndio” (PINTO, 1935, p. 255). A imagem dos “remanescentes⁴” de índios, os “caboclos em degeneração” (SILVA, 2008, p. 30), eram as principais imagens defendidas por pesquisadores brasileiros. A figura do caboclo aparece em obras literárias sobre fatos pitorescos e recordações das regiões Agreste e Sertão pernambucano (SILVA, 2008).

⁴ Termo questionável, e rejeitado por muitos antropólogos e indígenas, pois fomenta a ideia de que remanescentes e descendentes não são “verdadeiramente” indígenas, colocando em xeque a autodeclaração e reconhecimento indígena desses indivíduos.

A obra pioneira de Estevão Pinto “Os indígenas do Nordeste”, publicada na Coleção Brasileira da Editora Nacional em 1935, foi conhecida no Brasil e no exterior. Em dois volumes, o primeiro subtintulado “Introdução ao estudo da vida social dos indígenas do Nordeste brasileiro”, e o segundo, como “organização dos indígenas do Nordeste brasileiro”, este, publicado em 1938. Ambos os volumes reuniam diversos mapas, documentos, quadros e fotografias. As principais informações contidas nos volumes baseiam-se em informações provenientes dos relatos de cronistas e viajantes coloniais, acerca, sobretudo, das populações indígenas litorâneas. Apesar de Pinto ser alagoano, a carreira profissional ocorreu em Pernambuco, onde, o antropólogo realizava estudos sobre o povo Fulni-ô (Águas Belas-PE⁵). O autor foi pesquisador na Fundação Joaquim Nabuco, instituição idealizada e fundada por Gilberto Freyre (SILVA, 2008).

Ainda entre as décadas de 1920 e 1940, destacamos também as pesquisas realizadas por Carlos Estevão de Oliveira (1880-1946), responsável por “ensaiar os primeiros passos da etnologia indígena como domínio da formação da antropologia brasileira, na contramão da construção do campo antropológico nacional” (SECUNDINO, 2018, p. 229). Formado em Direito, evidenciou interesses pela etnologia indígena na região Nordeste, e pautou suas intervenções em defesa dos direitos indígenas, atuando como interlocutor entre essas populações e o Estado. Influenciado pela Antropologia Cultural e pela Arqueologia, com o objetivo de defender os direitos dos “remanescentes” e “caboclos⁶”, os estudos e iniciativas do antropólogo acerca dos povos indígenas no Nordeste tornaram-se pioneiras

nos campos da política indigenista e da antropologia brasileira (SECUNDINO, 2018).

No que tange a política indigenista, sua colaboração foi no sentido de “descobrir” politicamente essa população e subsidiar o Estado com o objetivo de assisti-la e protegê-la. No que se refere à antropologia, deu os primeiros passos rumo à construção de um novo campo de produção de conhecimento científico na contramão do campo antropológico brasileiro em construção [...] Quanto aos índios, a luta para mediar a relação do Estado com essas populações com a finalidade de que elas acessassem direitos, proteção e assistência no início do século passado. [...] A partir dos seus estudos sobre os índios, Carlos Estevão construiu uma rede de relações político-institucional reconhecida no campo indigenista brasileiro em formação (SECUNDINO, 2018, p. 236-237).

Em seu primeiro texto de Carlos Estevão de Oliveira acerca dos povos indígenas no Nordeste, intitulado “Os Carnijó de Águas Bellas”, publicado em 1931, demonstrou preocupação com a defesa dos direitos indígenas. E ressaltando a importância da realização de estudos etnográficos sobre os índios habitantes na Região para a ciência etnológica. Seu principal texto foi “O ossuário da ‘gruta-do-padre’”, publicado em 1937 (SECUNDINO, 2018). Carlos Estevão percebeu a lacuna existente na Etnologia Brasileira sobre o Nordeste, por conseguinte, “realizou uma excursão com o objetivo de dar início aos estudos sobre os “remanescentes indígenas ainda existentes nessa região” (SECUNDINO, 2018, p. 246).

A manutenção do estereótipo ilusório do “índio puro” (SILVA, 2008), na sociedade brasileira, foi reforçada pelo viés antropológico, tal como o fez Darcy Ribeiro por meio de suas obras, consideradas clássicos da Antropologia no Brasil: “Os índios e a civilização” (1970) e “O povo brasileiro” (1995). Analisando a obra

⁵ Município localizado a aproximadamente 303 km de Recife.

⁶ Termo depreciativo utilizado historicamente com o objeto de negar a identidade indígena no Nordeste, afim de justificar a expropriação de terras ocorridas na Região do semiárido Nordestino (SILVA, 2008).

escrita por Ribeiro observamos que o autor expressou uma visão contraditória, sobretudo, em relação aos povos indígenas na Região Nordeste, com uma perspectiva pessimista sobre os índios. É importante ressaltar que Ribeiro aproximou-se do Marxismo e o evolucionismo presente na ótica marxista no Brasil, expresso por Caio Prado Júnior no livro “História econômica do Brasil” (1945), que buscava explicar a formação da sociedade brasileira a partir dos pressupostos das contradições nas lutas de classe. E utilizando como personagens centrais a figura dos bandeirantes, enaltecendo-os na história nacional, onde embora, reconhecidos caçadores e aprisionadores de indígenas, foram responsáveis pela expansão da colonização portuguesa no Brasil.

Uma “nova” Historiografia Brasileira e a manutenção da invisibilidade indígena

A historiografia brasileira passou por significativas mudanças entre as décadas de 1960 e 1970, com decisivos reflexos sobre a forma de pensar e escrever a História do Brasil. Foram superadas as perspectivas positivistas de uma história contínua em que cada acontecimento tem um só tempo de duração e com isso uma só forma de escrevê-lo para a sociedade. As novas abordagens problematizavam as leituras e formas de escrever a História do Brasil, de maneira descontínua em que cada situação pode durar muito mais, se propagar por vários tempos e influenciar outros acontecimentos. O que acontecia na França sob a influência da *Escola dos Annales*, movimento que foi chamado como “Nova Historiografia Brasileira” (RAGO, 1999). Assim,

Desde a década de 1970, a história do Brasil tem se renovado, com novas abordagens sobre vários temas. Novas perspectivas teóricas e conceituais somadas à incorporação cada vez maior de diversos tipos de fontes e à contínua e crescente interlocução dos historiadores com os demais

especialistas das ciências sociais têm propiciado leituras inovadoras sobre o nosso passado. A inclusão de novos atores e a preocupação em identificar suas ações, escolhas e interesses na dinâmica de suas trajetórias desconstruem visões generalizantes e simplistas, abrindo um leque de novas possibilidades interpretativas sobre os mais variados processos históricos (ALMEIDA, 2017, p. 18).

A intensa produção historiográfica brasileira ocorreu em um momento onde também se tornaram visíveis os sinais de esgotamento do marxismo estruturalista enquanto modelo privilegiado de interpretação do passado. As primeiras análises marxistas procuravam definir as estruturas socioeconômicas e os modos de produção existentes no país, na década de 1970 passou a discutir as ideologias presentes nas análises históricas da realidade brasileira. O Marxismo é uma concepção baseada no materialismo e na dialética da História, e interpretando a vida social conforme a dinâmica da base produtiva das sociedades e das lutas de classes. O Marxismo compreende o ser humano como um ser social histórico com a capacidade de trabalhar e desenvolver a produtividade do trabalho. O que diferencia os homens dos outros animais e possibilita o progresso da emancipação da escassez da Natureza, o que proporciona o desenvolvimento das potencialidades humanas (RAGO, 1999). Entendendo esta perspectiva torna-se fácil perceber porque o viés marxista presente na historiografia brasileira constantemente ignorava e/ou minimizava a importâncias dos povos indígenas enquanto sujeitos históricos. No entanto, a historiografia brasileira passou a interpretar os contatos interétnicos como fenômenos de resistência, adaptação e transformação cultural, liderados, inclusive, pelos povos indígenas (FLECX, 2005).

As narrativas de conquista e colonização enalteciam a ação heroica e desbravadora dos portugueses, enquanto os índios pareciam ser facilmente vencidos, catequizados e

transformados por eles. Nos anos 1960 e 1970, uma historiografia de base marxista, propulsora da chamada história dos vencidos, criticava essas abordagens com denúncias sobre as atrocidades cometidas contra os índios. Desconstruíam o caráter heroico dos nossos colonizadores, porém mantinham a perspectiva anterior de supervalorização de seu desempenho, na medida em que consideravam os índios como vítimas incapazes de agir diante da violência de um sistema no qual não tinham outra alternativa a não ser a fuga, a morte pela rebeldia ou a submissão aos dominadores (ALMEIDA, 2017, p. 19-20).

O historiador inglês Edward P. Thompson na obra “A formação de uma classe trabalhadora na Inglaterra” (1963), introduziu um novo conceito de classe social com ênfase nos aspectos socioculturais e subjetivos, antes ignorados. Aliados a outros historiadores neomarxistas, reforçando a ruptura com a produção marxista anterior, década de 1960 e 1970. A perspectiva thompsoniana foi evidenciada quando o historiador propôs uma inversão na leitura dos processos históricos, a exemplo da Revolução Industrial. Esses estudos, aliados a outros posteriores, culminaram numa reformulação do conhecimento histórico: abandonou-se as formas estruturadas e estritamente racionais do pensamento marxista e formas organizadas da ação política para buscarem formas subjetivas (RAGO, 1999).

A pesquisadora Margareth Rago, em “A ‘nova’ historiografia brasileira” (1999), ressaltou uma análise da historiografia brasileira e as características nas décadas de 1960 e 1970. Apresentando uma nova historiografia surgida a partir da década de 1980, destacando a influência de Michel Foucault, Walter Benjamin, Edward P. Thompson, Eric Hobsbawm, entre outros, bem como as discussões de novos temas como a História Social, as temáticas da mulher, racial, cultura urbana, História Cultural, entre outros, ampliando os estudos historiográficos.

Apesar dessa nova historiografia brasileira apresentar novas perspectivas, evidenciando a História coletiva, mas também a História individual, além de constatar que diferentes grupos e movimentos sociais, antes ignorados, como parte importante da história, os povos indígenas continuaram à sombra das narrativas historiográficas. Citados apenas enquanto pano de fundo na História do Brasil, coadjuvantes dos processos históricos e não protagonistas, cuja história deveria receber a atenção das pesquisas e narrativas históricas.

No entanto, a temática indígena sempre foi valorizada pela Antropologia brasileira. Esta questão é consequência da afirmação de Francisco Adolfo de Varnhagen⁷, autor de umas das primeiras referências bibliográficas da historiografia no país, a obra “História Geral do Brasil”, e um dos mais relevantes autores do campo historiográfico durante o Brasil colonial, que escreveu: “sobre tais povos na infância não há História; há apenas Etnografia” (VARNHAGEM, 1980 [1854], p. 30). Essa afirmação explicitava o pensamento coletivo ocidental vigente da época, desqualificando os povos nativos enquanto atores na História, considerando que como afirmou a antropóloga Lilia Schwartz a reduzida intelectualidade brasileira se nutria da produção acadêmica de etnógrafos estrangeiros, sobretudo, europeus, semelhantes à Von Martius e Varnhagem, ainda que muitos desses, não possuíssem visões pormenorizadas do Brasil em suas produções científicas e, literárias, na maioria, relativas ao Brasil colonial (SCHWARTZ, 2013). Podendo ser considerado esse o principal ponto de justificativa para entendermos porque a temática

⁷ Os escritos de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, iniciaram o movimento que buscava formular novas edições de escritos do século XVI, uma espécie de “reinvenção do século XVI, a partir da perspectiva do século XIX” (MONTEIRO, 2001). Inserindo em suas obras aversão pessoal em relação aos indígenas, com o objetivo de desqualificar estas populações os colocando enquanto “entrave” ao progresso na sociedade brasileira, visão essa, presente até os dias atuais. Varnhagen nutria sua aversão em relação aos nativos devido a situação econômica e política pela qual o Império enfrentava (MONTEIRO, 2001).

indígena foi, e ainda é constantemente ignorada por historiadores, porém continuamente presente na Antropologia.

A partir da influência de autores como Varnhagem, produziu-se uma inflexão referente à concepção da ausência de História e a ideia de um inevitável desaparecimento das populações nativas fortaleciam-se, reforçando e influenciando o discurso da sociedade brasileira, dos livros didáticos e do Ensino de História no Brasil, desde o período colonial, até a atualidade. Através da manutenção e reprodução de tais perspectivas genéricas e cristalizadas e que desconsideram a pluralidade existente a cerca das populações indígenas. Afirmando Circe Bittencourt que “tais representações alusivas aos indígenas passaram a integrar a iconografia didática a partir do século XIX, estando ainda presentes em livros atuais” (BITTENCOURT, 2013, p. 110).

Apesar disso, ao longo de séculos, ocorreram transformações sobre as noções de identidade e de pessoa, a construção de novas categoriais sociais e políticas indígenas por meio da escolarização, como a de professores e acadêmicos indígenas, bem como a obrigatoriedade do ensino da temática indígena na Educação Básica através da Lei nº 11.645/2008⁸. Esses são alguns dos fatores que, aliados às mobilizações pela demarcação das terras indígenas, intensificados após a Constituição Federal de 1988⁹ contribuindo

para o reconhecimento dos povos indígenas no Brasil.

A escassa produção bibliográfica e historiográfica acerca das populações indígenas enquanto sujeitos históricos, não reside simplesmente na ausência de situações a serem analisadas, além disso, envolve os sentidos que são atribuídos decorrente dos interesses anacrônicos e etnocêntricos dos narradores e dos grupos sociais, as quais, estes, fazem parte (DANTAS, 2015). E as análises positivistas das fontes bibliográficas e documentais, não possibilita uma interpretação adequada acerca dos discursos e imagens criadas e reproduzidas sobre as populações indígenas.

A temática da história dos povos indígenas na Região Nordeste e especificamente em Pernambuco, ainda que seja um tema recente e pouco recorrente na produção historiográfica brasileira, vem alcançando, cada vez mais espaço. E com isso, novas perspectivas foram criadas acerca do papel dos povos indígenas na sociedade, e principalmente, enquanto sujeitos históricos (DANTAS, 2015). A pouca produção de pesquisas acerca do tema é ainda mais evidente referente a estudos enfocando populações indígena habitantes na Região Nordeste. Principalmente acerca das populações habitando no Sertão nordestino na primeira metade do Século XIX. Estudos que discutiram a extinção dos aldeamentos na Região entre meados e finais do Século XIX, especificamente, em relação a extinção dos aldeamentos na Província de Pernambuco (DANTAS, 2015).

As contribuições da Nova História Indígena¹⁰

Apesar de um cenário pessimista acerca da extinção dos povos indígenas, surgiu a partir de finais da década de 1970, novas abordagens

⁸ A Lei nº 11.645 altera a Lei nº 9.394/1996 de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Implicando a necessidade em abordar a temática no ensino de todas as disciplinas do currículo da Educação Básica, incluindo os níveis fundamental e médio (BRASIL, 2008).

⁹ A Constituição da República Federativa de 1988 reconheceu aos índios, em seu artigo 231 e parágrafos, o direito originário às terras que tradicionalmente ocupam. No qual, afirma: Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

¹⁰ O termo “Nova História Indígena” foi criado e popularizado a partir de um grupo de historiadores ligados direto ou indiretamente ao trabalho desenvolvido pelo historiador John Manuel Monteiro, cuja produção acadêmica, alinhou de forma significativa os aspectos antropológicos com o que passou a chamar de Nova História Indígena (SILVA FILHO, 2019).

teóricas, principalmente, no campo historiográfico com novos estudos acerca das populações indígenas, a chamada “Nova História Indígena”. Cujas objetivas eram “unir as preocupações teóricas referentes à relação história/antropologia”, proporcionada por “um emergente movimento indígena” (MONTEIRO, 2001, p. 138-139). Evidenciando ser mais relevante mostrar que, mesmo colonizados, os índios não perderam a condição de agentes sociais ativos, capazes de inibir os valores impostos pelos “vencedores¹¹”. Desse modo, superando a análise com a visão negativa projetada sob o indígena pela maior parte de cronistas eurocêntricos. Os estudos nas áreas da Antropologia e da História por meio da Nova História Indígena buscam compreender “as diferentes estratégias utilizadas pelos povos indígenas” nas reelaborações de códigos e “apropriações simbólicas através das quais os indígenas transformaram ritos e expressões socioculturais do colonizador: reformulando-as, adaptando-as, refazendo-as, influenciando-as, reinventando-as” (SILVA, 2017, p. 70-71).

Até fins do século XX, predominou na historiografia brasileira “a exclusão dos índios enquanto legítimos atores históricos”, sob a justificativa de que somente antropólogos possuíam “as ferramentas analíticas para o estudo dos povos ágrafos”. Por conseguinte, as populações indígenas eram consideradas “poucos visíveis enquanto sujeitos históricos [...] pelo menos até a década de 1980, a história dos índios no Brasil resumia-se basicamente “a crônica de sua extinção” (MONTEIRO, 2001, p. 136-138), que por muito tempo caracterizou as abordagens históricas sobre os índios no Brasil e coerente com as perspectivas historiográficas e as políticas indigenistas vigentes no século XIX e em boa parte do XX (ALMEIDA, 2017).

As pesquisas baseadas nas novas abordagens alteraram o enfoque das análises sobre os indígenas. Buscando superar as narrativas baseadas na vitimização ou no desaparecimento dos indígenas, reconfigurando-os “como sujeitos agentes da/na história [...]

evidenciam, portanto, os lugares e os significados dos indígenas na história” (SILVA, 2017, p. 72). Essas novas abordagens também vêm contribuindo com os atuais processos de mobilização para afirmação étnica, na garantia e reconhecimento de direitos dos povos indígenas. O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira argumentou que a recuperação da História como parte de uma metodologia considerando a identidade, a etnia e a estrutura-social, deviam ser postas como alvo imediato (OLIVEIRA, 1978). Onde a historização das sociedades indígenas viabilizasse a própria historiografia, como também estimulando pesquisas mais aprofundadas.

Nesta perspectiva, ressaltamos os estudos realizados pelo também antropólogo José Augusto Laranjeiras Sampaio, cuja principal pesquisa nomeou em parte este artigo. O questionamento expresso no título do nosso capítulo refere-se às afirmações em uma entrevista realizada por Sampaio sobre a pesquisa. “Antigamente nós era conhecido por “caboclo”... De “caboclo” passou para “índio”, como afirmou Josias Patrício, Conselheiro e ex-Cacique Kiriri, no município de Mirandela, Bahia, em 1979 (SAMPAIO, 2011 p. 95).

[...] entre meados da década de 1980 e os anos 1990 a escrita da História sobre os indígenas modificou-se bastante: novas fontes, em cartórios, igrejas e arquivos nacionais e estrangeiros foram localizadas e catalogadas. Cresceu o interesse dos historiadores [...] Uma marca deste período é a *ênfase no protagonismo indígena*, ou seja, *indígenas como agentes históricos* – capazes de agir e de reagir com autonomia, *capazes de inventar e reinventar suas práticas sociais e culturais, suas identidades ao longo do tempo*, enfim, indígenas como seres que compreendem, acompanham e interagem com as mudanças do seu entorno, também no século XX (FREITAS, 2010, p. 166-167). (Grifo nosso)

¹¹ Indivíduos privilegiados dentro da hierarquia social.

As concepções começaram a ser modificadas entre meados da década de 1980 e durante a década de 1990, com a contribuição de alguns autores, como o historiador John Manuel Monteiro no livro “Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo” (1994), uma referência para novas abordagens sobre a temática indígena no espaço acadêmico e na sociedade. Ainda que na década de 1980 minorias sociais e raciais finalmente foram visibilizadas nas narrativas históricas, os povos indígenas continuaram ignorados. John Manuel Monteiro, na contramão das tendências históricas vigentes na época, rompeu com a perpetuação da ideia que os povos indígenas “não possuem História, apenas Etnografia” (VARNHAGEM, 1980 [1854], p. 30). Com pesquisas que rebatizavam publicações o autor evidenciou o papel e o lugar dos índios na História do Brasil.

Entre meados e final da década de 1990 outro pesquisador destacou-se na abordagem sobre as populações indígenas, com igualmente importante contribuição para o novo cenário de discussões, e a construção da imagem do indígena enquanto agente histórico, foi o antropólogo João Pacheco de Oliveira. Esse pesquisador vem apresentando importantes contribuições para pensar os índios no Brasil, sendo um dos primeiros autores contemporâneos a abordar os povos indígenas no Nordeste. Os indígenas nesta Região não eram considerados no senso comum e pelo próprio meio acadêmico enquanto indígenas, e sim como “caboclos”. A primeira obra de destaque acerca dos indígenas foi a coletânea “A viagem da volta” (1999), organizada por Oliveira, questionando a visão de autores, a exemplo de Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, evidenciando o papel do indígena na História do Brasil, especificamente no Nordeste. Bem como, a situação sócio-política, problematizando a questão dos “índios misturados”, discurso presente nos estudos sobre os povos indígenas no Nordeste.

João Pacheco de Oliveira afirmou que a História possui a competência de reconhecer, contextualizar e interpretar as mais diversas

produções socioculturais dos diferentes povos indígenas, objetivando analisar de forma crítica o papel destes nos processos históricos e de construção da memória social brasileira. Bem como, construir a identidade pessoal e social na dimensão histórica, a partir do reconhecimento do papel de indivíduos nos processos históricos como sujeito e produtos do mesmo. Além disso, o historiador deve interpretar as fontes documentais no sentido de situar a produção das artes e outras manifestações sociais inseridas em contextos históricos em constantes ressignificações e reescritas, problematizando o papel do indígena nas narrativas nacionais. Valorizando, sobretudo, a pluralidade das memórias históricas dos mais diversos grupos indígenas, além de posicionar-se diante situações presentes a partir das relações com o passado, a fim de compreendê-las (OLIVEIRA, 2013).

Considerações finais

A maior diferença constatada entre o início e até meados do Século XX, foi que a produção historiográfica brasileira revela-se totalmente influenciada por perspectivas evolucionistas, assimilacionistas e baseadas no desaparecimento dos povos indígenas, em virtude da miscigenação ou dizimação populacional (MONTEIRO, 1994). Inspiradas, principalmente, pelos autores do Século XIX, estes, por sua vez, que interpretaram a seu modo os escritos do Século XVI e fortalecidos pela influência marxista, representavam os povos indígenas de maneira positivista, estereotipadas e minimizando-os nos processos históricos (SILVA, 2008). Deixando-os à margem da História do Brasil, sendo vistos enquanto “fósseis vivos” (OLIVEIRA, 1997, p. 62) que tiveram a existência evidenciada, durante muito tempo, apenas pela Antropologia (MONTEIRO, 2001), atualmente a principal interlocutora de historiadores nos estudos sobre a história indígena.

Enquanto a produção historiográfica brasileira entre meados e fins do Século XX tiveram por objetivo explorar a capacidade dos

indígenas em modificarem as formas de representar a si próprios e aos não indígenas, de transformarem e recriarem as identidades (SILVA, 2006). Denunciando o não cumprimento de direitos por parte do Estado e os preconceitos da sociedade civil que resultaram em práticas de perseguições, negações das identidades raciais, constante negação de direitos e expulsões, seguida de expropriações de suas terras. No qual o maior marco desta segunda fase da historiografia brasileira ocorreu com a chamada Nova História Indígena (MONTEIRO, 1994) influenciando até a atualidade novas produções e abordagens acerca dos protagonismos indígenas na História do Brasil.

Referências

1. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 37, nº 75, 2017, p. 17-38.
2. BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
3. DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da participação política indígena: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848)**. Niterói, RJ, UFF, 2015 (Tese Doutorado em História).
4. _____. Identidades indígenas no Nordeste. In: WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). **Ensino (d)e história indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 81-116.
5. FLECX, Eliane Cristina Deckmann. Hostilidade e cordialidade: a face dupla dos contatos (Brasil, séculos 16 e 17). SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Londrina. Anais Londrina: Associação Nacional de História, 2005.
6. FREITAS, Itamar. A experiência indígena no ensino de História. In: OLIVEIRA, Margarida M. Dias de (Coord.) **História: Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 2010, p. 159 – 192.
7. _____. A experiência indígena entre os historiadores profissionais. In: MELO, Egberto; BEZERRA, Sandra (Orgs.). **História local e ensino: saberes e identidades**. Recife: Linceu, 2014, p. 50-85.
8. FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1992.
9. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1988, p. 5-27.
10. HOBBSBORN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
11. KAYAPÓ, Edson; BRITO, Tamires. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? In: **Revista de humanidades**. Caicó. Dossiê Histórias Indígenas, 2004, p. 38-68.
12. MARTIUS, Carl F. P. Von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: **O Estado do direito entre os autóctones do Brasil**, São Paulo e Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia 1982 [1845], p. 85-107.
13. _____. O estado do Direito entre os Autóctones do Brasil. In: **O estado do direito entre os Autóctones do Brasil**, São Paulo e Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1982 [1838], p. 11-83.
14. MONTEIRO, John M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
15. _____. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. UNICAMP. Campina, 2001 (Tese Livre Docência).

16. MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **A política indigenista brasileira durante o século XIX**. Rio Claro, SP, 1971 (Tese Doutorado em História).
17. OLIVEIRA, Carlos Estevão. O ossuário da "Gruta-do-Padre" em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste. In: **Boletim do Museu Nacional XIV-XVII (1938-1941)**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 151-184.
18. OLIVEIRA, João P. de (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.
19. _____. (Coord.); SANTOS, Rita de C. M.; JÚNIOR, Crenivaldo R. V.; GOMES, Marcus V. da S.; OLIVEIRA, Bruno P. de. **Os primeiros brasileiros**. Rio de Janeiro: Alphagraphics, 2013.
20. _____. Trama histórica e mobilizações indígenas atuais: uma antropologia dos registros numéricos no Nordeste. In: OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 653-687.
21. _____. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 3, nº 6, 1997, p. 61-84.
22. OLIVEIRA, Roberto C. de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1978.
23. PINTO, Estevão. **Os indígenas do Nordeste: introdução ao estudo da vida social dos indígenas do Nordeste brasileiro**. São Paulo: Nacional, 1935.
24. RAGO, Margareth. A "nova" historiografia brasileira. In: **Anos 90**. Porto Alegre. 1999, p. 73-96.
25. RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes, 1982. (Primeira edição brasileira publicada em 1970)
26. _____. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
27. SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. **De caboclo a Índio: etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos do Nordeste do Brasil. O caso Kapinawá**. Campinas, SP, Unicamp, 1986. (Dissertação Mestrado em Antropologia)
28. SANTOS, Sílvio Coelho dos. Os direitos dos indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy L; GRUPIONI, L. D. Benzi (Org.). **A temática indígena na escola: subsídios para professores de primeiro e segundo graus**. São Paulo: Global; Brasília: MEC/MARI-UNESCO, 2004, p. 87-108.
29. SANTOS, Gersem L. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Brasília: MEC/SECADI/LACED/Museu Nacional, 2006, p. 57-85.
30. SECUNDINO, Marcondes de Araújo. Etnologia indígena e a formação da antropologia no Brasil: as contribuições de Mário Melo e Carlos Estevão de Oliveira no início do século XX. In: SANTOS, Carlos Alberto Batista; SILVA, Edson H.; OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva (Orgs.). **História ambiental, história indígena e relações socioambientais no Semiárido Brasileiro**. Paulo Afonso: SABEH, 2018, p. 229-271.

31. SCHWARCZ, Lilia K. M. Questão racial e etnicidade. In: **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)** (Org.). MICELI, S. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999, p. 267-326.
32. _____. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Editora Claroenigma, 2013.
33. SILVA, Edson. A invenção dos índios nas narrativas sobre o Brasil. In: ANDRADE, Juliana Alves de; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. (Orgs.). **O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas**. Recife: Edições Rascunhos, 2017, p. 37-79.
34. _____. Expressões indígenas da cultura imaterial de Pernambuco. In: GUILLEN, Isabel C. M. (Org.). **Tradições & traduções: a cultura imaterial em Pernambuco**. Recife, Editora Universitária – UFPE, 2008, p. 215-230.
35. _____. História indígena em Pernambuco: para uma compreensão das mobilizações indígenas recentes a partir de leituras de fontes documentais do Século XIX. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, 2011, p. 73-114.
36. _____. Índios organizados, mobilizados e atuantes: história indígena em Pernambuco nos documentos do Arquivo Público. In: **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, 2006, p. 175-224.
37. _____. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950- 1988**. Campinas, SP, Unicamp, 2008 (Tese Doutorado em História).
38. SILVA FILHO, Eduardo Gomes. A Nova História Indígena: Um olhar atemporal. In: **Revista Manduarisawa**, Manaus, vol. 3, nº 01, 2019.
39. VARNHAGEN, A. **História Geral do Brasil**. 7a. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980 [1854].